

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata Reunião de Diretoria Abril/2021

1 Ata da reunião de Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS, realizada no dia
2 14 de abril de 2021, realizada de forma online, na plataforma digital SKYPE, com a presença de conselheiros, conforme
3 lista de presença abaixo e do Secretário Executivo Sr. Leandro e a chefe da SEATAC, Sra. Tainara:

DIRETORIA EXECUTIVA	GOVERNO	O. SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO
Rodrigo Salvador Lachi - SEDS	P	***	***	***
Aurora Fernandez Rodrigues - FORTSUAS	***	***	P	***
Marilda Paixão Isaias dos Santos	***	***	P	***
Fernanda de Souza Santos	***	***	P	***
Samanta Lima Venâncio	P	***	***	***
Carine Mostafa	***	Justificado	***	***
Luciléia Siqueira dos Santos	***	***	***	F
Milene do Carmo Carvalho	***	Justificado	***	***
TOTAL	2	2	3	1

4 Sr. Rodrigo inicia a reunião às 14h10 dando boa tarde a todos os presentes e passa a discussão da pauta do dia. Inicia-
5 se pela informação de que o Governo do Estado aceitou o Plano de Ação para aplicação do Saldo Reprogramado de
6 2020 e para tal irá fazer a abertura do PMASWEB a partir de hoje para inserção dos dados. Sr. Rodrigo lembra que tal
7 plano de ação já foi aprovado pelo CMAS. Sr. Rodrigo justifica sua ausência na reunião da comissão de finanças e sugere
8 que o relatório do demonstrativo físico – 2º Semestre 2020 – FEAS que seria apresentado, seja discutido nesta reunião e
9 também seja apresentado na próxima AGO com espaço para sanar dúvidas. Lembra que o prazo para envio à DRADS é
10 dia 30 de abril. Em continuidade Sr. Leandro questiona sobre a pendência de visita a Organização Social HELPP. Sr.
11 Rodrigo lembra que ficou acertado que na visita iria a Sra. Marcele – Coordenadora de Proteção Social Especial de Média
12 Complexidade, representando a SEDS, uma vez que o Ministério Público solicitou que o Órgão Gestor realizasse visita
13 na Organização. Pelo CMAS irão realizar a visita a conselheira Sra. Carine e o conselheiro Sr. Rodrigo. Sra. Marilda
14 questiona se refere-se a Organização Social que tem denúncias no Ministério Público? Sr. Leandro informa que sim e que
15 este conselho tem acompanhado a questão. Sr. Rodrigo lembra que a motivação da visita é critério do CMAS para novos
16 processos de inscrição junto ao conselho e a visita conjunta com a SEDS facilitará o processo uma vez que ambos os
17 órgãos devem realiza-la. Na sequência, dentro da discussão das pautas oriundas da comissão de política, como as
18 anteriores, passa-se a dialogar sobre a organização da próxima reunião da comissão. Sr. Rodrigo aponta que é um novo
19 formato para acompanhar a revalidação no conselho, mantendo-se o método. Aponta que na última reunião realizada
20 com as organizações sociais que ofertam serviços de acolhimento muitos assuntos foram tratados em relação a desafios
21 vivenciados no momento da pandemia. Sr. Rodrigo afirma que estes encontros servem para o conselho ter um panorama
22 mais completo do serviços. Lembra que a questão da vacinação dos trabalhadores e usuários do SUAS também foi
23 dialogado, apesar de naquela reunião haver uma diversidade de públicos atendidos. Sr. Leandro lembra que a comissão
24 acordou que será realizada uma apresentação resumida da discussão na AGO, mas somente daquelas que já entregaram
25 a documentação de revalidação. Na continuidade passa-se a dialogar sobre as pautas discutidas na comissão da ICS-
26 PBF. Sra. Samanta informa que ficou para a reunião de maio a apresentação da prestação de contas do IGD-M. informa
27 ainda que foi discutido sobre a prorrogação da averiguação cadastral por mais 180 dias, por meio de portaria federal,
28 assim como a prorrogação para inserção no CADUNICO das pessoas beneficiárias do BPC. Aponta que foram discutidas
29 a organização do cadastro no município e sobre o público prioritário o que demandou para a próxima reunião da ICS-PBF

30 a apresentação pela SEDS sobre a posição do CADUNICO no município. Sra. Samanta informa que foi dialogado também
31 sobre a infrequência e evasão escolar, com a participação da técnica do AEPETI – Sra. Marina, o que também demandou
32 para a próxima reunião da comissão a apresentação pela SEDUC sobre o ensino híbrido, principalmente em relação aos
33 beneficiários do PBF. Na sequência passa-se a dialogar sobre as pautas do GT-POP RUA. Sra. Marilda relata que na
34 última reunião houve a presença do Sr. Francisco representante do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos,
35 que falou sobre sua experiência no CIAMP-RUA Nacional e sobre a implantação deste comitê no município de Santos
36 por meio de Decreto Municipal. Informa ainda que soube-se sobre o envio de ofício da Prefeitura solicitando a adesão a
37 Política Nacional de Atenção à Pessoa em Situação de Rua, assim como soube-se sobre a análise pela Procuradoria
38 Jurídica do Município – PROJUR de edital que defini critérios para eleição de Entidades de Ensino para compor o CIAMP-
39 RUA Municipal, entidades essa que estejam vinculadas a questão da população em situação de rua. Sra. Marilda aponta
40 que o GT-POP RUA costuma trabalhar com a gestão mas estranha que o grupo não teve conhecimento do edital já em
41 análise pela PROJUR. Lembra que na reunião do GT reivindicou-se o conhecimento deste, mas foi informado que nada
42 havia a se colaborar. Sra. Marilda lembra que o GT trabalho junto com os usuários, gestores e conselho, na intenção de
43 que os usuários sejam ouvidos. Informa que foi então deliberado que fosse discutido nesta reunião se o GT deveria
44 analisar ou não esse edital. Sra. Marilda aponta que dialogou-se também sobre a vacinação dos trabalhadores e usuários
45 do SUAS. Sr. Rodrigo aponta que enquanto conselho, tem-se que discutir os desdobramentos sobre a vacinação. Já em
46 relação ao edital e a discussão realizada, aponta que se faz necessário entender as atribuições do conselho. Afirma que
47 a elaboração dos editais não é um ato de controle social, não há uma obrigatoriedade o acompanhamento de ato de ofício
48 do órgão gestor. Entende que caso não seja descumprida as diretrizes da PNAS com impactos negativos ao que se
49 pretende não há o que se acompanhar. Aponta que foi nesse sentido, por não haver consenso, achou-se melhor a
50 discussão neste espaço. Aponta que a partir da publicação do edital, há espaço garantido para avaliação dentro do
51 conselho. Sra. Marilda aponta que depois da análise da PROJUR, a mesma irá devolver o processo para a SEDS, porque
52 não ir para consulta antes da publicação? O GT é para somar junto, para acompanhar todo o processo de criação do
53 comitê. Foi nos dito que avançamos no criação do comitê, com a participação dos trabalhadores, com orçamento
54 específico para o comitê, chegou-se ao resultado da minuta, sendo talvez a melhor, mas quando chega-se na seleção o
55 GT é apenas informado? Sra. Marilda informa que representa cerca de 40 pessoas, melhor 898 pessoas, pois ainda atua
56 nas ruas, atendendo as pessoas. Sr. Rodrigo informa que reconsidera algumas questões verificando-se o contexto destas.
57 Aponta que preocupa-se a desvirtuação de atribuições, mas quando se depara com ações do executivo, que foi o que
58 aconteceu com a discussão da minuta, não é o GT que decide é uma atribuição do órgão gestor e por essa razão houve
59 desconsideração de propostas apresentadas, por ser um debate deslocado do seu local de origem. Sr. Rodrigo se coloca
60 à disposição para estar na próxima reunião do GT para dialogar sobre a questão e incluir a resposta da PROJUR, para
61 se trazer a contribuição do GT para a instituição do CIAMP-RUA. Sugere incluir-se também a pauta sobre a eleição da
62 representatividade de trabalhadores e usuários. Informa que irá compartilhar o edital encaminhado para a PROJUR. Sra.
63 Marilda registra que as vezes o órgão gestor impõem pauta no momento da reunião e por isso não é viável a discussão,
64 mas como foi informado agora será pautado. Na continuidade passe-se a dialogar sobre o GT – Conferência. Sr. Rodrigo
65 informa que os ofícios para contratação de plataforma online e interpretes de libras estão tramitando. Sra. Aurora informa
66 que sobre a live do dia 27 de abril, a mesma será transmitida pelo canal do Youtube do FETSUAS, às 14h, junto com a
67 participação de outros Fóruns de trabalhadores, visando a mobilização para a conferência, que será diferente das últimas
68 já realizadas. A intenção é valorizar-se experiências que estão sendo feitas para avaliação de forma de abordagens e
69 ouvir os usuários, assim como entender como o trabalhador está rompendo barreiras e criando alternativas para o
70 atendimento as famílias. Sra. Marilda sugere que a participação no GT – Conferência deva ser aberto para entrada de
71 participantes a qualquer momento e não vinculada a participação na AGO, até devido ao pouco tempo que se tem para
72 organização. Sra. Aurora concorda que o grupo seja aberto para que as pessoas venham somar na discussão. Sr. Rodrigo
73 aponta que a preocupação é aproveitar o momento da AGO para informes do andamento deste GT e as pessoas
74 interessadas em participar, tendo conhecimento, se coloquem para serem inseridas. Sr. Leandro sugere que na próxima
75 AGO seja informado essa nova deliberação. Sra. Aurora questiona que a gestão ficou de ver junto aos serviços o processo

76 de pré-conferência diante do cenário vivenciado? Sr. Rodrigo informa que na PSE não houve ainda o avanço dessa
77 discussão. Sra. Marilda questiona se há devolutiva sobre o ofício n.º 40/2020 – CMAS encaminhado a SEDS sobre o
78 andamento das propostas da última conferência? Sr. Rodrigo informa que o CMAS espera essa informação, mas o
79 conselho pode fazer sua avaliação, mesmo sabendo-se da importância dessa devolutiva. Sra. Marilda aponta que não
80 adianta ter uma conferência nova, tendo propostas paradas. Não se tem nenhuma resposta e há coisas que precisam
81 caminhar. Sr. Rodrigo aponta que há necessidade de resposta ao ofício, como prerrogativa do órgão gestor. Sr. Samanta
82 informa que na PSB a questão tem sido pauta da reunião de chefias, mas não se conseguiu aprofundar devido as
83 mudanças de fase da pandemia, mas continua-se dialogar o que já foi discutido no GT. Na continuidade passa-se a
84 dialogar sobre as pautas da comissão de finanças. Sra. Marilda informa que houve análise da prestação de contas do 4º
85 trimestre/2020 – FMAS. Aponta que foram poucas solicitações e questionamentos. Lamenta apenas que o relatório
86 chegou para conhecimento dos conselheiros com duas horas de antecedência da reunião o que dificulta a análise. Mas
87 informa que todas as dúvidas foram sanadas, ficando apenas para se esclarecer o gasto com contas de telefonia móvel.
88 Sra. Marilda informa que foi solicitado que a apresentação seja mais detalhada em relação as fichas de empenho. Sra.
89 Marilda informa que participou da live sobre o orçamento participativo, junto com o presidente do CMDCA e uma
90 representante do CMI. Informa que houve questionamento sobre vagas de ILPI com grau de dependência que requer
91 participação da saúde, pois são valores diferenciados, visto ser necessário ter outros cuidados. Foi apontado como
92 efetivação de uma ILPI híbrida a terceirização, visto a economicidade e excelência do trabalho. Sra. Marilda informa que
93 sua compreensão é de que a SEDS é vista como responsável por todas as questões e que fica claro que o município
94 caminha para a terceirização dos serviços. Sra. Marilda lembra que para o ano de 2021 a SEDS só não perdeu seu
95 orçamento devido a mobilização realizada e para tal sugere que deva-se ocupar esses espaços e ficar-se atento a isso,
96 pois o trabalho não condiz com o recurso. Sr. Rodrigo questiona qual o prazo para entrega de propostas? Sra. Marilda
97 informa que ficaram de informar por e-mail. Sr. Rodrigo sugere que o conselho solicite o material apresentado para tomar
98 ciência e lembra os encaminhamentos do passado com relação à reunião realizada com a SEFIN sobre o reajuste no
99 orçamento, pois é uma prerrogativa do conselho avaliar a LOA. Sr. Rodrigo sugere que a Secretaria de Planejamento seja
100 oficiada para envio do material uma vez que não há representante desta pasta no conselho. Sra. Marilda sugere que a
101 comissão de legislação dialogue sobre a representação do órgão gestor no conselho. Em continuidade à reunião Sr.
102 Rodrigo apresenta o relatório circunstanciado do segundo semestre de 2020 – FEAS. Com relação a utilização dos
103 recursos do FMAS pelas organizações sociais conveniadas e respectivo saldo, Sr. Rodrigo informa que foi consultado o
104 site das organizações sociais, uma vez que ainda não foi disponibilizado pelo SETCON as prestações de conta final. Com
105 relação ao relatório circunstanciado Sra. Marilda aponta que em 2020 só havia 01 veículo para equipe de abordagem
106 social e no período da tarde este ficava para a realização de recâmbio. Hoje quando há casos de usuários com COVID-
107 19, fica sob responsabilidade da equipe de abordagem e do seu veículo o encaminhamento. Aponta ainda que houve
108 redução de cerca de 60% da equipe, pois por muitos meses operadores sociais da equipe foram direcionados para o
109 serviço do CREAS-POP. Sr. Rodrigo aponta que são detalhamentos importantes que afetam o quantitativo e destaca o
110 enforca da equipe em relação as escalas de trabalho. Sra. Marilda aponta que isso reflete na questão do plano de ação
111 dos serviços públicos que devem ser dialogados e apresentados ao conselho. Sr. Rodrigo informa que esse relatório deve
112 ser apresentado em AGO, mas de uma forma mais dinâmica e pede que seja encaminhado para ciência de todos os
113 conselheiros. Na sequência Sr. Rodrigo solicita a Diretoria Executiva a prorrogação de prazo para apresentação do
114 relatório de gestão da SEDS, pois não foi cumprido o prazo de 20 de março, sabendo-se que se trata de instrumento
115 importante a ser apresentado no conselho. Sra. Marilda questiona em qual prazo seria apresentado? Sr. Rodrigo informa
116 que até o final do mês de abril, para apresentação na AGO de maio. Sra. Fernanda questiona como ficou a discussão das
117 ausências neste conselho? Sr. Leandro informa que deveria ser pauta desta reunião e que foi consultado os conselheiros
118 representantes do segmento usuários sobre em que o conselho poderia apoiar e facilitar sua participação e se estes
119 continuariam como conselheiros. Sr. Leandro informa que todos informaram que tinha intenção em continuar mas não
120 apresentaram nenhuma questão para apoio do conselho. Sra. Fernanda questiona sobre a ausência dos representantes
121 do órgão gestor se seria tomada alguma providência? Sr. Leandro informa que não seria coerente tomar uma atitude para

122 apenas um dos segmentos. Em continuidade Sra. Marilda questiona sobre o número de abordagem a crianças e
123 adolescentes apresentado no diagnóstico socioterritorial na última AGO se refere-se a abordados ou abordagens? Sra.
124 Aurora lembra que isso é uma interface com os conselhos de direitos e sugere uma reunião conjunta com o CMDCA. Sra.
125 Marilda questiona que gostaria de saber quantas crianças foram abordadas em 2020? Sr. Rodrigo informa que foram
126 apresentado o número de abordagens e que a informação de número de abordado poderá ser levantada. Sra. Aurora
127 lembra que essa informação é passada em reunião da CM-PETI/CEVISS e que a próxima reunião será dia 22 de abril as
128 09h. Em seguida Sr. Leandro informa que a Organização Social “Legião da Boa Vontade” solicitou o diagnóstico
129 apresentado na última AGO e questiona se poderia ser compartilhado? Sr. Rodrigo informa que pode ser compartilhada
130 a apresentação informando que o diagnóstico ainda está em fase de finalização. Sr. Leandro questiona sobre qual
131 posicionamento deste conselho em relação a Organização Social “Gota de Leite” uma vez que a mesma em 2020
132 apresentou ofício solicitando suspensão de inscrição e até o presente momento não se manifestou mais. Fica acordado
133 o encaminhamento de ofício a Organização Social para que esta se manifeste oficialmente. Na continuidade Sra. Marilda
134 questiona sobre a representatividade do CMAS junto à comissão de chamamento público, de acordo com a portaria n.º
135 01/2021 – SEDS. Sr. Rodrigo informa que não há prerrogativa de participação do conselho na comissão. Sr. Leandro
136 informa que há uma contradição uma vez que a portaria menciona representante do conselho mas não há a nomeação
137 de representante. Sr. Rodrigo informa que irá resgatar o processo e verificará, porque não houve a indicação do conselho.
138 Sra. Marilda e Sra. Aurora entendem que deve haver a indicação em cumprimento a portaria e que não há o que ser
139 verificado. Fica acordado que na próxima AGO será indicado um representante do conselho para a comissão.
140 Continuando a reunião Sra. Aurora sugere que na AGO seja dado informes sobre o Núcleo de Educação Permanente.
141 Em relação a vacinação de trabalhadores do SUAS Sr. Rodrigo informa que realizou contato telefônico com o DEAB/SMS
142 para devolutiva mas não obteve sucesso. Sra. Marilda sugere que seja aberto outro processo pela SEDS. Em sequência
143 discute-se sobre os planos de trabalho dos serviços de execução direta. Sra. Marilda aponta que é uma discussão que
144 precisa ser feita no conselho. Sr. Leandro só lembra que serviços públicos não tem inscrição no conselho, mas que
145 compete ao conselho fazer o acompanhamento e fiscalização assim como é feito com as organizações sociais e que é
146 uma questão que tem que se avançar no conselho. Sra. Marilda questiona como proceder? Sr. Leandro aponta que
147 entende que o primeiro passo é que estes planos sejam remetidos ao conselho. Sr. Rodrigo concorda com a importância
148 e se faz necessário elaborar estratégias para discussão na comissão de política. Sra. Marilda lembra que também se faz
149 necessário discutir protocolos sobre parcerias com organizações sociais religiosas em relação a dependência química,
150 que refere-se a uma portaria do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, pois há uma prerrogativa de que estas
151 colaborem com o serviço público. Entende assim, que o conselho deva acompanhar essa questão. Aponta que já há
152 organizações sociais conveniadas com cunho religioso e que a diferença refere-se a questão da drogadição. Não tendo
153 mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada às 17:00.

154

155

156

157

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo – CMAS